



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680918 - SP (2021/0223256-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
IMPETRANTE : SIMONE MANDINGA MONTEIRO
ADVOGADO : SIMONE MANDINGA - SP202991
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : A B L DA S (MENOR)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de A. B. L. DA S., menor impúbere, apontando-se como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, que indeferiu requerimento liminar após impetração de um primeiro *writ*.

Sustenta que (fl. 40):

[...]a autoridade coatora, ao determinar o acolhimento institucional prévio, sem o devido estudo, de toda sorte que rechaçou os estudos necessários a serem realizados impondo-se sua vontade sem qualquer embasamento técnico, decisão abusiva que enseja a propositura do presente recurso heroico.

Alega que o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que o acolhimento institucional deve ocorrer apenas nos casos em que haja fundado receio de prejuízo ao menor, "situação esta não condizente com a verdade dos autos" (fl. 42).

Requer, em liminar, seja determinado o imediato desacolhimento do infante.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, que não se evidencia nos presentes autos.

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do relator que, em

habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

Observo que o recolhimento do menor se deu com a anuência do Conselho Tutelar do município onde residem as partes, bem como há indícios de burla ao Cadastro Nacional de Adoção, eventualmente cometida pelo casal a quem a criança teria sido entregue.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente